

O IMAGINÁRIO DA VIOLÊNCIA: A CASA E A RUA

Daniel Lins¹

RESUMO

Como a família, espaço mítico, reserva protegida e respeitada, torna-se refém de um imaginário enganador, cristalizado no "paradigma" positivo: A Casa em detrimento da Rua, "lugar de perdição e de violência"?

A partir de um esboço conceitual, acoplado aos dados estatísticos, sugerimos uma leitura da violência da Casa segundo o imaginário histórico-sentimental, ou as "raízes objetivas", quer dizer, o processo de legitimação interna da violência, mesclado aos vínculos subjetivos, que faz com que as vítimas do lar não possam imaginar uma sociedade organizada fora da tutela dos mestres ou dos déspotas, sob o signo da culpa, da vergonha e da "compreensão" do mal para o bem de todos.

RÉSUMÉ

Comment la famille, espace mythique, chasse gardée et respectée, devient otage d'un imaginaire leurrant, cristallisé en un "paradigme" positif: Le Foyer au détriment de la Rue, "lieu de perdition et de violence"?

Nous suggérons, à partir d'une esquisse conceptuelle, accouplée aux données statistiques, une lecture de la violence du Foyer, selon l'imaginaire historique-sentimental, autrement dit, les "racines objectives", c'est-à-dire ce processus de légitimation interne de la violence, mêlé aux liens subjectifs, qui fait que les victimes ne puissent pas imaginer une société organisée autrement que par des maîtres ou des despotes, sous le signe de la culpabilité, de la honte et de la "compréhension" du mal pour le bien de tous.

INTRODUÇÃO

É no seio da família, ou mais ainda, entre os familiares mais próximos, que é recrutada a maior parte dos assassinos (J.B. GIVEN)

Este ensaio tem como objetivo a elaboração, embora sucinta, do imaginário da ordem e da violência na sua realidade cotidiana, mediante a análise das categorias *Casa e Rua* vinculadas à construção da violência. Trabalhado, explicitamente, no Brasil, por Roberto DAMatta (1987), esse tema vai encontrar em autores, estrangeiros ou brasileiros, J.B. GIVEN (Inglaterra 1977), Henry GAUTE e R. ODELL (U.S.A, 1979), Jean Claude CHESNAIS (França 1981), L. BRAGHINI, (Brasil 1990) Elizabeth BADINTER (França 1991, 1994) AEBY, P. (França 1994), Loïc WACQUANT (France e U.S.A. 1997) bem como nos estudos elaborados por *Amnesty Internacional* (1979 e 1994) - senão uma análise sistemática do objeto, pelo menos uma leitura da violência em geral, permeada pela preocupação em compreender as categorias imaginárias ou reais da *Casa* e da *Rua* no âmbito das relações sociais e das práticas de violência cotidiana.

A família é o lugar do paradoxo. Centro de afeição, refúgio contra a adversidade é também o espaço privilegiado da violência, lugar particular onde cada um pode descobrir sem censura a sua face, sua "verdadeira" natureza. A violência, simbólica ou real, reina na família de maneira mais forte e mais autorizada do que em qualquer outro lugar ou campos sociais. Entretanto, a violência entre os membros de uma mesma família é algo pouco falado; a maioria silencia, pois a violência no interior da casa é secreta e vergonhosa. A violência doméstica escapa do conhecimento público: as únicas testemunhas são os membros da família ou os empregados, dependendo da classe social. A existência de la-

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Sociologia

ços de parentescos motiva-os a guardar o silêncio, tanto pela preocupação com sua própria imagem quanto pelo medo de serem castigados. Somente as violências manifestas, quer dizer, as mais atrozes ou mais visíveis - descoberta de cadáver, marcas de golpes : facada, tiro, estupro com ferimentos graves etc. são detectadas. Esta seria a face escondida, ou a violência calada do imaginário enganador da casa.

De fato, entre a produção do simbólico e a proliferação dos signos emanantes da alquimia social que apresenta a casa como espaço de “proteção” e a rua como espaço “infernado” - lugar de violência por excelência, palco e teatro da crueldade -, emergem outras realidades, outros dados a serem levados em consideração. Os estudos quantitativos parecem indicar que se, de fato, a dualidade casa (“o bem”) e rua (“o mal”) integra um imaginário social radical (CASTORIADIS, 1982) a realidade objetiva, vivida pelos atores sociais - sobretudo, pelas mulheres e crianças - aponta o outro rosto da casa. (AEBY, 1994)

Espaço simbólico de produção de fluxos e reflexos *positivos*, permeados pela natureza da relação e pela moral da filiação, a casa - *corpo biológico, família natural* -, é solicitada a garantir a solidariedade sem falha, o amor sem demanda, o perdão sem remorso, o não julgamento do “bem” e do “mal”. Um filho é sempre um filho. Um pai é sempre um pai. Uma irmã ou um irmão é sempre uma irmã e um irmão etc. (ATTIAS-DONFUT, 1995)

De fato, a moral da casa, segundo o imaginário social, é sempre vista como produtora do “bem” e/ou da “boa” razão. Ora, um estudo aprofundado da questão demonstra não só como a moral, nesse contexto, não significa apenas o “positivo”, o “bem” ou o “bom” esperado, almejado por todos, mas mostra também como do imaginário da “boa moral” emergem formas ou práticas autoritárias que vão dar à moral idealizada um respaldo beirando o despotismo esclarecido, álibi conjurando os efeitos da “má consciência”.

VIOLÊNCIA ÍNTIMA E SILÊNCIO DAS VÍTIMAS

A categoria *Casa*, idealizada, pois, como um espaço imaginário de excelência das relações vai, não obstante, encontrar nas estatísticas e nos relatórios oficiais sobre a violência doméstica a outra face do problema, a história não contada, denunciada, entretanto, pelos estudos quantitativos ou, em alguns casos, pelas

“histórias de vida” ou confissões dramáticas das vítimas. Apesar da violência da rua não ser desconectada da violência da casa, ela denuncia na sua crueldade, não dois sociais diferentes ou antagônicos, não duas falhas do sistema sociopolítico e religioso, mas a mesma face da mesma moeda marcada pela crise de solidariedade (anomia social) e pela tirania do Um contra o coletivo anônimo do Todo.

Geograficamente e emocionalmente separados, por intermédio do imaginário político, a *Casa* e a *Rua*, como no modelo hobbesiano da lei do mais forte, vão encontrar no espaço familiar o lugar prioritário da violência sem punição. De fato, uma casa antes de ser quatro paredes, sala e quartos, é também o espaço do privado sacralizado pelo silêncio da cultura de honra, pelo espírito de corpo (*esprit de corps*) e pela organização e domesticação das emoções, burocratizadas e desvitalizadas para o “bem” e a “harmonia” do lar e da família imaginada.

A gestão das representações simbólicas - casa: “o bem”-, condena e impede, pelo menos em um primeiro tempo, todo discurso podendo ser interpretado como “difamatório”, ou não solidário com a instituição “positiva” imaginária da casa, da família. Esta atitude vai se tornar comportamento, alimentando, implicitamente, o não dito das emoções e cristalizando uma atitude redundante que beira a *recusa do objeto*, recusa do real. Neste contexto de denegação, o real tangível que mostra a família, não mais como objeto ideal, porém, como simulacro de um imaginário histórico-social agonizante, se debate contra um processo de desconstrução sem retorno. Desconstrução não do passado nem do presente, porém, das redundâncias dos gestos, das crenças cristalizadas pelo imaginário enganador e vividas, através dos atos, paixões e desamores, como “naturais”, vinculadas com uma economia fatalista que louva mais o espectro da morte do que o canto da vida.

A idéia da casa como espaço de possível agressão - *lugar-sadiano* -, de violência sexual, sobretudo no que se refere as violações e ao incesto vai, em consequência, ser negada e repudiada pelos atores concernidos, pelos familiares, inclusive pelas vítimas. Os significantes rejeitados ou repudiados - significantes aqui compreendidos como valores afetivos que se escondem em cada palavra que pronunciamos - correm o risco, contudo, de provocar o que Freud nomeou *Verwerfung* (repúdio) acontecimento traumático que deve ser apagado definitivamente da consciência do sujeito e que, em princípio, não deveria ser rememorado (1962).

O silêncio das vítimas da violência no seio da família representa a primeira dificuldade para o pesqui-

sador. É o triunfo da lei do silêncio engendrado pela lógica de honra, quase mafiosa, estruturada sob o signo da vergonha e da culpabilidade. Se é exato que a *solidariedade biológica* (“ele é, apesar de tudo, meu pai”!) funciona e desempenha o papel de organizador e gestor do mutismo das vítimas, as implicações de ordem subjetivas organizam, por sua vez, um devir psíquico e, por amálgama, social, da criança, do jovem, e não raro - o futuro de sua descendência.

Tudo indica que o silêncio das famílias, vítimas diretas da violência doméstica, ultrapassa os limites da interpretação mecânica, causa e efeito, exigindo, igualmente, uma elaboração que vai além das causas, que busca apreender os efeitos da causa, num exercício que trabalha tanto com as intensidades quanto com a razão crítica. A vergonha é o efeito primordial do segredo. Nunca se pode dizer tudo, mesmo porque, aprendemos com LACAN, que “a verdade não é toda”.

Cada um tenta, com efeito, proteger o espaço psíquico privado, como uma espécie de mitologia singular necessária à guarda do segredo. O importante no segredo, diz Serge TISSERON, é que *algo deve ficar escondido a fim de proteger alguém da vergonha*. Que esta proteção seja inútil ou ilusória, não muda, em nada, a necessidade de se calar. Os segredos de família, “contribuem a impedir certas crianças de superar as etapas essenciais à sua evolução, tornam problemática para outros o acesso ao mundo simbólico, ou engajam alguns nas perturbações da esfera narcísica ou nas diversas inquietações vinculadas às fases anal, fálica ou edípica.” (TISSERON, 1992:86)

No começo é a violência. Marcas, cicatrizes morais e físicas. Trauma provocado pelo estupro, seios queimados pelo fogo ardente da ponta do cigarro, ânus ensangüentados, rosto rasgado pela navalha, auto-estima em baixa, corpo torturado pela força do mutismo, pelo contrato invisível *assinado* com o carrasco nas caladas da noite, num segundo de prazer roubado. Segredo privado, por excelência, a vítima estuprada pelo irmão, pelo tio, pelo padrasto ou pelo pai, em síntese, por um membro da família, oscila entre três movimentos, procurando no caos uma ordem possível. No primeiro momento, ela se cala. A seguir “esquece” o passado. No terceiro momento ela transforma o esquecimento em amnésia salvando, assim, a mitologia privada da família. Quanto mais o segredo é da ordem do privado, mais tornar-se distante a probabilidade para a criança ou para a mulher de comunicar com alguém fora do ciclo familiar.

Era como se a vítima, ao dizer o indizível, ao comunicar o incomunicável, o impensável, estivesse, de

fato, traindo a memória familiar e, em conseqüência, a si mesma: “Um acontecimento pensável, quer dizer que recebeu uma inscrição significativa no mundo simbólico daquele que o viveu, pode ser ‘indizível’ - ou seja, impossível de revelar - por diversas razões. [...] Em tais situações, as possibilidades de falar, que aliviarão o sujeito permitindo-lhe cessar de clivar a experiência penosa, depende apenas de sua dinâmica psíquica própria, mas também da “autorização do outro”. (TISSERON, 1992:87-88)

Impossível! Como dizer o impensável? Falar que meu primo me estuprou e denunciar, como uma delatora, a honra de minha família. Na família o silêncio é a regra... O segredo é compartilhado e indizível, declarou-me uma paciente, 25 anos, que estava, na época, em análise há dois anos. Ela foi estuprada, respectivamente pelo primo e tio materno, quando tinha apenas 14 anos.

Não foi por acaso que Freud enfatizou a questão da memória familiar, e, portanto, da “transmissão psíquica transgeracional”, na compreensão das perturbações de memórias que marcaram diversas gerações. De fato, os acontecimentos vividos no sofrimento e na vergonha, uma vez “apagados” do espírito de quem os viveu, mediante um mecanismo de clivagem, podem ter, às vezes, conseqüências graves. A denegação não é apenas a negação do real, mas a clivagem do eu.

Por outro lado, a construção imaginária da casa como espaço de paz e harmonia, em oposição a rua, lugar de perdição e violência, parece explicar o silêncio das “vítimas do lar” e confirmar a necessidade que têm certas coisas “vitais” de permanecer isoladas, escondidas, privadas. A casa “é o lugar do nascimento e da morte que deve ficar escondido do domínio público, pois, ele abriga as coisas impenetráveis ao conhecimento. Lugar escondido, porque o homem não sabe de onde ele veio, quando ele nasceu, nem para onde vai quando morrer” (ARENDRT, 1983: 103-104).

Mesmo considerando, com os filósofos, que o homem é o único animal que sabe que vai morrer, a parte corporal da existência tem necessidade de segredo. É como se a existência humana só pudesse aparecer decentemente a partir de um fundo sombrio onde lhe é possível se retirar, se refugiar. O domínio privado constitui, com efeito, o refúgio de uma parte essencial de toda existência humana. Para Hannah ARENDRT, o amor ao contrário da amizade - sentimento político -, “morre, ou melhor, se apaga, desde que a gente o expõe em público”.

O segredo da família parece assim representar, mais uma conseqüência desse “amor” que uma simples

cumplicidade “alienante”. Muitas vítimas da violência doméstica reagem de maneira agressiva contra qualquer tentativa de intervenção nas brigas de casais, por exemplo. O silêncio familiar é o silêncio de ouro, “prova de um amor supremo”, de um “segredo familiar” cuja elaboração analítica vai motivar o pesquisador a ultrapassar o mecanismo de causa afeito para se pôr à escuta daqueles que vivem, padecem ou “constroem” o segredo familiar (SIMMEL, 1991).

A casa, ao contrário da rua, tem sua mística amorosa: é o lugar da excelência do amor dos pais, amor da família. Este amor ao lar, aos laços reais ou não da família, se beneficia de um direito de reserva, de uma zona de silêncio. O silêncio das vítimas, sobretudo acusadas de cumplicidade ou de alienação, de medo - quando se trata de crianças espancadas ou estupradas que emudecem - parece demonstrar o caráter essencialmente não político do amor da família, sobretudo do amor dos pais. É talvez nesse sentido, que se deve compreender a frase de Hannah ARENDT, ao afirmar que o amor é “a mais poderosa, talvez, de todas as forças anti-políticas”. (ARENDT, 1983:103) O domínio político repousa, materialmente, sobre um mundo estável e durável, com o qual os homens podem se unir, mesmo estando separados.

Conhecemos, graças a psicanálise, a relação das transmissões familiares da vergonha e seu vínculo com segredo. O segredo da vítima não é qualquer segredo. O sentimento de vergonha e culpabilidade constitui, ao mesmo tempo, um vínculo social que engendra laços entre as gerações. É nesse sentido que os pesquisadores do imaginário sociohistórico se interrogam sobre a articulação dos fenômenos subjetivos e coletivos.

AS MÚLTIPLAS FACES DA VIOLÊNCIA ÍNTIMA

A família muda tão depressa que ela se torna matéria de interrogação e pesquisas. Ela ocupa um lugar importante entre os grandes temas estudados. A mutação é geral, mas as mudanças não são novas, mesmo se nos anos 1970 elas conheceram uma importante aceleração. De fato, há mais de um século, a família é considerada como uma instituição doente. “Família, eu te odeio”, escreveu GIDE. Podemos assim compreender porque o sociólogo ou o psicanalista a ausculta, regularmente, respondendo a uma demanda do corpo social crônico inquieto do seu futuro. Mas o diagnóstico é matizado: a família não morre, ela vai bem, mas muda

de fisionomia, ela se transforma com o meio ambiente socioeconômico. O discurso sobre “a nova família”, baseado geralmente nas *enquêtes* sociológicas ou jornalísticas, é otimista: a união é centrada mais na afetividade do que no interesse, de preferência no casal do que na família. A exigência de “autenticidade” é primordial na “nova família”. A coesão interna se reforça. Tal é a “constatação” atual sobre a “nova família”. (SINGLY, 1996; KAUFMANN, 1988, 1993).

Este discurso entra, porém, em contradição com o pessimismo atual, sobretudo no Ocidente. Na verdade, as *enquêtes* jornalísticas e sociológicas repousam sobre elementos de interpretação muitas vezes frágeis, como as *enquêtes* de opinião, e para as quais não temos referências no passado. As *enquêtes* silenciam sobre a casa, os conflitos, as tensões e, a *fortiori*, sobre a violência. A face escondida da família escapa em geral aos entrevistadores ou/e entrevistados.

Tudo levaria a acreditar, a partir dos numerosos fatores de modernidade, que a violência doméstica diminui: a queda da violência global, a quase “igualdade” das condições feminina e masculina, a volta individualista para a família ou a casa. Mas esse discurso é mais uma dissertação intuitiva do que uma demonstração, pois, ignora-se, de fato, quase tudo sobre as violências da casa. O assunto é tabu, com exceção dos Estados Unidos e de alguns países europeus, sobretudo, a Suécia e a Dinamarca.

As formas de violência nos lares são numerosas; elas tendem a se multiplicar com a diversificação das situações familiares. A família não é una, ela é múltipla. Durante muito tempo a ênfase foi dada às crianças maltratadas e espancadas. No começo dos anos 70, houve um certo interesse pelos abusos sexuais dos quais as crianças eram vítimas. Com o desenvolvimento da pediatria social, essa questão começou a ser trabalhada de maneira diferente. Tentou-se, então, ir além dos *faits divers*, das crônicas policiais da imprensa perceber a face escondida das agressões e crimes contados pelos jornais, privilegiando os elementos das subjetividades na gestão do cotidiano das famílias e no sofrimento das vítimas - crianças ou adultos.

No meio do anos 70 a atenção foi voltada exclusivamente para as mulheres espancadas. Atualmente em diversos países europeus e nos Estados Unidos, existe uma preocupação com os homens espancados. Isto significa que a violência doméstica, majoritariamente masculina é, igualmente, numa escala reduzida, praticada pelas mulheres. O campo da violência na casa é imenso pois ele vai além dos terrenos freqüentados

pelos psicanalistas, psicólogos e, inclusive em alguns casos, pelos interventores sociais.

A família é o lugar de amor, de amizade, de solidariedade mas também de violência simbólica ou radical. Esse paradoxo aparente poderia ser compreendido a partir da constatação de que a casa é o único lugar onde os comportamentos não são codificados. A casa parece ser um dos raros espaços onde subsiste o "estado de natureza". Lugar de derrapagem e de volta do recalçado, a casa é o território, paradoxalmente, do permitido. Ao contrário da rua, com setas, indicações, proibições e proliferação de códigos e interditos, no recinto familiar tudo é permitido, salvo os abusos sexuais e o incesto. Proibido severamente, reprovado quase universalmente, o incesto cria o horror, apesar das práticas repetitivas, no seio da família, tanto nos países do Primeiro Mundo, quanto nos chamados países do Terceiro Mundo.

É interessante observar, sobretudo a partir dos anos 1980, o surgimento acelerado de leis que permeiam todos os segmentos da vida social: empresas, administrações, condomínios, e mesmo a rua, tocando os meandros do social nos seus interstícios. Contudo, um espaço "protegido" fica isento das leis: o domicílio pessoal. Um grande número de violação é cometido no interior do lar. Do camponês alcoólatra ao padraço carrasco, do "padrinho-coronel" ao tio "afável", do pai católico, pequeno burguês, ao desempregado, do primo "rico" ao "marginal da periferia", muitos se prevalecem de sua autoridade sobre filhas, apadrinhadas, primas, irmãs, sobrinhas ou esposas para abusarem de seu corpo, transformando-as em presas "frágeis" da violência sexual, da chantagem emocional, através, muitas vezes, da sedução, esta hipnose dos "tempos modernos".

Este mundo à parte vive segundo suas regras próprias, não escritas. Uma delas, a mais comumente admitida, é o direito de ingerência e de correção recíprocas. Cada um estima, em toda consciência, ter o direito de bater ou espancar um membro da família. A violência praticada contra o cônjuge não tem o mesmo significado moral da violência empregada, por exemplo, contra o vizinho. Os pais espancam as crianças, estas brigam entre si. Este estado de coisas é considerado legítimo e mesmo sã, pois alguns - sociólogos, pedagogos, familiares e amigos - jogam-no educativo, "formador".

Resta saber o que pensa a criança desta situação. Segundo a CPI da prostituição, duas mil crianças, entre sete e quatorze anos de idade, se prostituem atualmente em Fortaleza. Entre elas encontram-se muitas que abandonaram o lar, não só por causa da precariedade econômica, social ou afetiva, mas também como res-

posta radical a violência exercida contra as crianças pelos pais ou familiares.

Com a baixa de fecundidade em muitos países, inclusive no Brasil - para não falar da maior parte dos países europeus -, e com as novas formas subjetivas de coabitação entre as gerações, a entidade familiar torna-se mais estreita, mais fechada sobre ela mesma, as emoções se concentram, as paixões se cristalizam. Ao diminuir de tamanho, a família diminuiu em transparência. Ao mesmo tempo que a violência exercida no espaço da casa se radicaliza, ela escapa cada vez mais do olhar e do controle exterior.

Na França, onde em 1992-93, o mau-trato das crianças pelos familiares atingiu números inquietadores, megapainéis publicitários foram colocados em lugares estratégicos das grandes e pequenas cidades, expondo uma fotografia de uma criança ferida ou marcada pelos pais, alertando e motivando o vizinho a "se meter com aquilo que não é da sua conta" e a denunciar o espancamento das crianças no lar. As escolas primárias, sobretudo em Paris e nas cidades importantes, continuam desempenhando um papel fundamental junto aos juizes, assistentes sociais, psicólogos, denunciando e prevenindo a violência - física ou sexual - praticada contra as crianças pelos familiares.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU O TRIUNFO DO NARCISISMO

Os relatórios e as estatísticas diversas sobre a violência doméstica no espaço protegido do lar assustam e impõem ao cientista social um outro olhar, uma outra postura e uma reelaboração do "paradigma" da *Casa e da Rua*. Com efeito, o que se afirma, em geral, é que a casa é o espaço onde reina a paz em contrapartida com a barbárie da rua. Ora, a constatação da violência doméstica é preocupante e os números assustadores.

Dados do SOS Criança, por exemplo, mostram que de janeiro a abril de 1993, os familiares foram responsáveis por 44% das ocorrências de abusos sexuais contra a criança da Grande São Paulo. Destas, 26% foram praticadas pelos próprios pais. Os familiares foram também responsáveis por 91% dos casos de agressão contra crianças. Sabemos outrossim, que 91% das mulheres agredidas, feridas ou assassinadas são vítimas da violência do lar. Da violência às torturas - queimaduras de cigarros, mordidas nas partes genitais - as mu-

heres, sobretudo as mais jovens são as vítimas diretas da violência de casa. (In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 16-06-1993:5)

Esta constatação, todavia, não retira do lar o estatuto anônimo onde impera a lei do silêncio. Silêncio das vítimas envergonhadas ou moralmente fragilizadas, que preferem o mutismo à denúncia. Ao escândalo provocado pela denúncia, as vítimas, sobretudo mulheres e crianças violentadas ou espancadas, silenciam. É a moral do clã que perdura ainda e impõe, apesar de tudo, o mutismo, ou seja: a desarmonia cordial.

Violência masculina, por excelência, contra o corpo das mulheres e das crianças, as manifestações dessa violência dizem muito de uma crise do “masculino”, do declínio do macho num mundo onde homens e mulheres coabitam, dividem tarefas, competem, decidem o destino da sociedade.

É possível, nesse contexto, atribuir à dominação viril a dificuldade de falar do masculino? Alguns homens estão começando a “reivindicar” suas fraquezas, a vulnerabilidade de seus papéis e uma “fragilidade” que seria inerente ao “sexo forte”. É possível, a partir do abandono da panóplia de insígnias de virilidade, detectar uma “nova” estratégia do poder masculino? Não seria isso o sintoma de um equilíbrio que o homem procuraria numa relação inédita consigo e com o devir-feminino sob o olhar do qual ele se define?

Do mito do homem violento (mito político?), do cowboy desalmado, à proliferação do “homem flor”, “homem também chora”, a elaboração das múltiplas formas de “ser homem hoje” aponta as feridas da virilidade e as formas singulares de compreendê-las ou - melhor de (re) pensá-las. Cabe ampliar as fronteiras do saber sem negar as especialidades ou seja: abrir a reflexão aos múltiplos saberes permitindo o conhecimento das sociedades particulares a fim de melhor pensar o mundo contemporâneo (LINS, 1993, 1994, 1995)

Enquanto cada vez mais, a cordialidade e o consenso ambiente - a tirania do *pensamento único* - marcam as relações sociais e as relações de trabalho, a violência predomina nos lares e transforma o espaço doméstico, alvo fácil e protegido, num palco aberto ao espetáculo da violência do “homem ordinário”, o criminoso cordial, desencantado com o discurso político e sofrendo da falta crônica de significação.

A análise do imaginário da *Casa* e da *Rua* implica um estudo quase exegetico da violência codificada e das representações simbólicas na gestão do cotidiano, o que supõe um desenvolvimento e uma elaboração *multipolarizada* da questão e que ultrapassa o âmbito do presente estudo. Levando, porém, em consideração

a força do imaginário semântico que parece significar que se o crime foi a forma inicial do “nascimento” ou da “invenção” do Brasil, podemos afirmar que a casa, como espaço privado, representa, apesar de suas ambigüidades e de uma economia emocional permeada pelos dramas e, às vezes, pelas tragédias, o espaço simbolicamente preservado desta violência codificada. Nesse sentido, uma *releitura* de *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, será de grande importância para compreensão da construção imaginária da casa como espaço, por excelência, do privado, expressão real ou simbólica do *meu lugar no mundo*.

A definição do privado - a casa - como propriedade e a análise de seus componentes repousa sobre o caráter tangível de um domínio que é antes de tudo um espaço, um lugar. Mas este lugar, que dissemos, não é apenas o loteamento, as paredes; o privado tem uma “alma” habitada por uma constelação de subjetividades, sonhos, quimeras. O privado é também o espaço das emoções, do silêncio, do amor, do ódio, da ilusão identitária e das identidades imaginadas.

BIBLIOGRAFIA

- AEBY, P. 1994 “Le lien familial à l'épreuve de la maltraitance”. In: *Actualités sociales hebdomadaires*, n° 1867, 28 janeiro, Paris.
- ARENDT, Hannah. (1983) *Condition de l'homme moderne*, Paris: Calmann-Lévy.
- ATTIAS-DONFUT. (1995) *Les solidarités entre les générations*, Paris: Nathan.
- BADINTER, Elizabeth. (1991) *Palavras de homens: Condorcet, Prudhome, Guyomar*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- _____. (1994) *O X e o Y - A identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BRAGHINI, L. (1990) “Um estudo exploratório sobre a submissão feminina a situações crônicas de violência doméstica”: Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas: Faculdade de Educação.
- BOURDIEU, Pierre (1980) “La domination masculine”, In: *Actes de la recherche en sciences sociales* 84: 2-31.
- _____. (1996) “Des familles sans nom”. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, junho, 113, Paris.
- _____. (1997) *The Goffman Prize: Masculine Domination Resisted*, Berkeley, *Journal of Sociology*.

- BOURDIEU, Pierre, SAINT-MARTIN, Monique (1982) *La sainte famille. L'épiscopat français dans le champ du pouvoir*. In: *Actes de la recherche e, sciences sociales*, nº 44-45, novembro p. 2-53.
- CHESNAIS, Jean-Claude. (1981) *Histoire de la violence*. Paris: Robert Laffont
- DAMATTA, Roberto. (1987) *A casa e a rua*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- FREYRE, Gilberto. (1995) *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro: Record.
- FREUD, Sigmund. (1962) *Trois essais sur la théorie de la sexualité*. Paris: Gallimard, Idées.
- KAUFMANN J.C. (1988) *La chaleur du foyer*, Paris: Méridiens-Klincksieck
- _____. (1993) *Sociologie du couple*. Paris: PUF
- KLEIN, Alan. "Little big Men The Hustler Complex: Narcissism, Homophobia, Hypermasculinity and Authoritarianism". In: *Little bib Men - Bdybuilding subculture and gender construction*, State University of New York Press, New York, 1993: p. 194-233
- KIMMEL, Michael. "Wimps, Whiners, and Weekend Warriors: The Contemporary Crises of Masculinity and Beyond", p. 291-328, In: *Manhood in America - A Cultural History*. New York: The Free Press.
- LINS, Daniel. (1993) "L'imaginaire de l'ordre et de la violence au Brésil", Tese de doutorado, Universidade de Paris 7, Paris.
- _____. (1995) "A santa virilidade ou a fraqueza dos fortes". In: *Ayrton Senna - A imolação de um deus vivo*, Fortaleza: EUFC.
- _____. (1997) "As cangaceiras e as "outras" mulheres: o Mesmo e o Outro", In: *Lampião o homem que amava as mulheres - O imaginário do Cangaço*, São Paulo: AnnaBlume.
- MUNOZ-DARDÉ V. (1994) "La fraternité: un concep politique"? Tese de doutorado. Instituto universitario europeu. Florença, Itália (Orientador: Dr LUKES.)
- WACQUANT, Loïc. (1997) "The Zone". In: *Cultura e Subjetividade - Saberes Nômades*. Daniel Lins (org.) Campinas: Papirus
- GAUTE, J.H.H. e ODELL, R.(1979) *The murdere's who's who Outstanding international cases from the litterature of murder in the last 150 years*. London: Harrap.
- GIVEM, J.B. (1977) *Society and homicide in thirteenth century England*. Stanford: Stanford University Press.
- HALVORSEN, R.S. & PRIEUR, A. (1996) "Le droit à l'indifférence: le mariage homosexuel". In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, junho, Paris.
- ROUSSEL, L. (1975) *Le mariage dans la société française contemporaine*. Paris, Cahier, INED-PUF, 1975, 408 p.
- SIMMEL, G. (1991) *Secret e sociedades secrètes*, Strasbourg: Circé; SINGLY, F & DE THÉLOT C. *Gens du privé, gens du public. La grande différence*. Paris: Dunod, (1989)
- TISSERON, Serge. (1992) *La honte - Psychanalyse d'un lien social*. Paris: Dunod.
- WACQUANT, Loïc. (1997) "The Zone". In: *Cultura e Subjetividade - Saberes Nômades*. Daniel Lins (org.). Campinas: Papirus